

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

LICENCIATURA EM

História

HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA I

André Luiz Joanilho
Cláudio Denipoti

PONTA GROSSA - PARANÁ
2011

CRÉDITOS

João Carlos Gomes

Reitor

Carlos Luciano Sant'ana Vargas

Vice-Reitor

Pró-Reitoria de Assuntos Administrativos

Ariangelo Hauer Dias - Pró-Reitor

Pró-Reitoria de Graduação

Graciete Tozetto Góes - Pró-Reitor

Divisão de Educação a Distância e de Programas Especiais

Maria Etelvina Madalozzo Ramos - Chefe

Núcleo de Tecnologia e Educação Aberta e a Distância

Leide Mara Schmidt - Coordenadora Geral
Cleide Aparecida Faria Rodrigues – Coordenadora Pedagógica

Sistema Universidade Aberta do Brasil

Hermínia Regina Bugeste Marinho – Coordenadora Geral
Cleide Aparecida Faria Rodrigues – Coordenadora Adjunta
Myriam Janet Sacchelli – Coordenadora de Curso
Roberto Edgar Lamb – Coordenador de Tutoria

Colaboradores Financeiros

Luiz Antonio Martins Wosiack

Colaboradores de Planejamento

Silviane Buss Tupich

Colaboradores em Informática

Carlos Alberto Volpi
Carmen Sílvia Simão Carneiro
Adilson de Oliveira Pimenta Júnior

Projeto Gráfico

Anselmo Rodrigues de Andrade Júnior

Colaboradores em EAD

Dênia Falcão de Bittencourt
Jucimara Roesler

Colaboradores de Publicação

Maria Beatriz Ferreira – Revisão
Sozângela Schemim da Matta – Revisão
Edson Gil Santos Júnior – Diagramação

Colaboradores Operacionais

Carlos Alex Cavalcante
Edson Luis Marchinski
Thiago Barboza Taques

Todos os direitos reservados ao Ministério da Educação
Sistema Universidade Aberta do Brasil

Ficha catalográfica elaborada pelo Setor Tratamento da Informação BICEN/UEPG.

J62h Joanielho, André Luiz
História contemporânea I / André Luiz Joanielho e Cláudio Denipoti. Ponta Grossa : UEPG/NUTEAD, 2011.
99p. il

Licenciatura em História – Educação a distância.

1. Revolução Francesa. 2. Revolução Industrial.
3. Invenção das Nações. 4. Movimento e teorias sociais.
I. Denipoti, Cláudio. II. T.

CDD : 909.8

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
Núcleo de Tecnologia e Educação Aberta e a Distância - NUTEAD
Av. Gal. Carlos Cavalcanti, 4748 - CEP 84030-900 - Ponta Grossa - PR
Tel.: (42) 3220 3163
www.nutead.org
2011

APRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL



A Universidade Estadual de Ponta Grossa é uma instituição de ensino superior estadual, democrática, pública e gratuita, que tem por missão responder aos desafios contemporâneos, articulando o global com o local, a qualidade científica e tecnológica com a qualidade social e cumprindo, assim, o seu compromisso com a produção e difusão do conhecimento, com a educação dos cidadãos e com o progresso da coletividade.

No contexto do ensino superior brasileiro, a UEPG se destaca tanto nas atividades de ensino, como na pesquisa e na extensão. Seus cursos de graduação presenciais primam pela qualidade, como comprovam os resultados do ENADE, exame nacional que avalia o desempenho dos acadêmicos e a situa entre as melhores instituições do país.

A trajetória de sucesso, iniciada há mais de 40 anos, permitiu que a UEPG se aventurasse também na educação a distância, modalidade implantada na instituição no ano de 2000 e que, crescendo rapidamente, vem conquistando uma posição de destaque no cenário nacional.

Atualmente, a UEPG é parceira do MEC/CAPES/FNED na execução dos programas Pró-Licenciatura e do Sistema Universidade Aberta do Brasil e atua em 38 polos de apoio presencial, ofertando, diversos cursos de graduação, extensão e pós-graduação a distância nos estados do Paraná, Santa Catarina e São Paulo.

Desse modo, a UEPG se coloca numa posição de vanguarda, assumindo uma proposta educacional democratizante e qualitativamente diferenciada e se afirmando definitivamente no domínio e disseminação das tecnologias da informação e da comunicação.

Os nossos cursos e programas a distância apresentam a mesma carga horária e o mesmo currículo dos cursos presenciais, mas se utilizam de metodologias, mídias e materiais próprios da EaD que, além de serem mais flexíveis e facilitar o aprendizado, permitem constante interação entre alunos, tutores, professores e coordenação.

Esperamos que você aproveite todos os recursos que oferecemos para promover a sua aprendizagem e que tenha muito sucesso no curso que está realizando.

A Coordenação



SUMÁRIO

- PALAVRAS DOS PROFESSORES 7
- OBJETIVOS E EMENTA 9

O MUNDO EM CONVULSÃO	
A REVOLUÇÃO FRANCESA	11
■ SEÇÃO 1 - O FIM DO ANTIGO REGIME	14
■ SEÇÃO 2 - PRÁTICAS E PENSAMENTOS REVOLUCIONÁRIOS	19
■ SEÇÃO 3 - O NASCIMENTO DA POLÍTICA MODERNA	25

O MUNDO EM MARCHA	
A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL	33
■ SEÇÃO 1 - TRABALHO E SOCIEDADE	36
■ SEÇÃO 2 - TRABALHO NA IDADE MÉDIA	42
■ SEÇÃO 3 - O NASCIMENTO DAS FÁBRICAS	48

A INVENÇÃO DAS NAÇÕES	57
■ SEÇÃO 1 - NAÇÃO E NACIONALISMO - CONCEITOS E IDEIAS CENTRAIS	58
■ SEÇÃO 2 - OS HISTORIADORES E A CONSTRUÇÃO DAS HISTÓRIAS NACIONAIS	64

M MOVIMENTOS E TEORIAS SOCIAIS	71
■ SEÇÃO 1 - GENEALOGIA DA MILITÂNCIA	74
■ SEÇÃO 2 - TEMPO E DISCIPLINA	79
■ SEÇÃO 3 - TEORIAS E MOVIMENTOS SOCIAIS	84

■ PALAVRAS FINAIS	93
■ REFERÊNCIAS	95
■ NOTAS SOBRE OS AUTORES	99

PALAVRAS DOS PROFESSORES



Caro aluno, este livro sobre História Contemporânea traz algumas escolhas que tivemos de fazer para discutir o período. Muitos acontecimentos, que mereceriam constar em qualquer texto, foram deixados de lado, não pela sua falta de importância, mas pelo espaço reduzido que oferece este livro. Isso quer dizer que fizemos determinadas opções e elas partiram principalmente do ponto de vista historiográfico que adotamos.

Entendemos, em primeiro lugar, que a história não é um campo de estudos que pode dar conta de tudo o que aconteceu. Não nos é possível, inclusive fisicamente, saber de todo o passado. Mas nos vem a questão: se isso não é possível, como escolher? Em segundo lugar, a escolha é feita na possibilidade narrativa. A história tradicional, sabendo que era impossível contar tudo o que aconteceu, buscava enquadrar todos os seres humanos numa única narrativa, como se apenas um eixo comandasse as ações de todos. Assim, numa corrente historiográfica, a política era central, enquanto que em outra, a economia comandava o processo histórico.

Nos últimos anos, com os avanços da crítica historiográfica e também de novas formas de abordar os acontecimentos, ficou patente que a narrativa unificadora era uma criação de historiadores e que a história não era um processo em direção a um fim inexorável. Estamos diante de possibilidades e, pensando nisso, o próprio passado é pleno delas, somente sabemos o que veio depois e não nos é possível prever o que acontecerá.

Se estabelecemos algumas prioridades, na realidade elas se devem mais às convenções. Assim, Revolução Francesa, Revolução Industrial, Nacionalismo e Nações e Movimentos Sociais são temas consagrados, mas também poderíamos optar por "O amor na Era Contemporânea" ou ainda "Roupas e estilo de vida nos dois últimos séculos" e muito mais. Porém, devido ao tratamento que aqueles temas recebem, optamos por rediscuti-los dentro das nossas opções teóricas.

Assim, neste volume, procuramos incorporar as recentes discussões historiográficas, buscando uma bibliografia atual e também dando importância para aspectos históricos pouco discutidos.

BONS ESTUDOS

OBJETIVOS E EMENTA

OBJETIVO GERAL

- Compreender os processos históricos de formação da contemporaneidade.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Conhecer a produção historiográfica sobre a contemporaneidade.
- Compreender o processo de produção do conhecimento histórico a partir do Iluminismo.
- Analisar as relações entre processos históricos da modernidade e a sociedade contemporânea.

EMENTA

- Mudanças e permanências na consolidação das sociedades contemporâneas e seus enfoques historiográficos. As revoluções do século XVIII e o nascimento do mundo moderno. Revolução Industrial e Revolução Francesa. O pensamento romântico e a consolidação da sociedade burguesa. O socialismo. A comuna de Paris. O nacionalismo no século XIX.

PLANO DE ESTUDO

	TÍTULO	HORAS
UNIDADE I	O MUNDO EM CONVULSÃO	19
UNIDADE II	O MUNDO EM MARCHA	19
UNIDADE III	A INVENÇÃO DAS NAÇÕES	15
UNIDADE IV	MOVIMENTOS E TEORIAS SOCIAIS	15

O mundo em convulsão A Revolução Francesa

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

- Compreender as mudanças ocorridas no final do século XVIII e sua relação com a criação da modernidade.
- Compreender os processos históricos geradores dessas mudanças.

ROTEIRO DE ESTUDOS

- SEÇÃO 1 - O fim do antigo regime
- SEÇÃO 2 - Práticas e pensamentos revolucionários
- SEÇÃO 3 - O nascimento da política moderna

UNIDFADE I

PARA INÍCIO DE CONVERSA

A Revolução Francesa marcou a ascensão de novas formas de organização social e política. Podemos dizer que existe uma divisão entre o mundo antes e depois da Revolução. Isso não quer dizer que esse acontecimento teve a capacidade de mudar tudo. Ao contrário, essas mudanças já aconteciam na França, na Inglaterra, nos Estados Unidos. Podemos encontrar práticas sociais do estilo democráticas na sociedade francesa por volta de 1780. Ou, ainda, tentativas do Estado monárquico em taxar toda a população, inclusive a nobreza. Porém, o que a Revolução marcou foi a possibilidade de essas práticas se tornarem comuns a toda população e a vários países.

No entanto, a historiografia tem tratado esse acontecimento como “natural”, quer dizer, estaria inscrito na natureza humana, sendo, portanto, compreendido como causal. Dessa forma, sendo “natural”, a grande questão é saber “por que” aconteceu. Ora, a naturalização de eventos ou da própria história não deixa de ser um modo de compreender a história e, assim, projetar no futuro acontecimentos passados, ou melhor, estipular que os acontecimentos são resultados da evolução humana, portanto, são “naturais”. Nessa perspectiva, o que aconteceu deveria invariavelmente acontecer. Há certa dose de fatalismo e teleologia. O passado explica o presente e este projeta o futuro.

Teleologia em história significa que o processo histórico caminha para determinada finalidade. Por exemplo, para os católicos a história humana tende para a Parusia, enquanto que para os marxistas a tendência é o próprio fim da história com o estabelecimento da sociedade comunista. Dessa forma, os acontecimentos se encadeariam e explicariam o Telos, ou seja, a direção que a história teria nesse tipo de interpretação.

A história humana estaria explicada de acordo com a sua própria finalidade, eliminando automaticamente aquilo que não se encaixa nessa projeção do que viria. Portanto, a Revolução Francesa, nessa concepção, viria a cumprir um papel específico: o de dar continuidade ao cumprimento do Telos.

Esse foi o caso da historiografia marxista, que, desde o fim do século XIX, entende este evento como uma etapa necessária da História humana:

o preâmbulo da Revolução Russa de 1917. Esta, por sua vez, seria o início do fim da história. Após o período da ditadura do proletariado, o Estado deixaria de existir, pois a sociedade comunista o aboliria simplesmente, mesmo porque não haveria mais a luta de classes implicando o término do processo histórico devido ao fim daquilo que o movia, ou seja, a própria luta de classes.

Essa posição da historiografia marxista é amplamente conhecida, estando, inclusive, majoritariamente presente nos livros didáticos. É essa visão que domina o aprendizado da história. Mas já é tempo de desinvestir a Revolução Francesa de toda essa interpretação. Ao invés de lançarmos a pergunta *por que ela aconteceu?*, talvez devêssemos fazer outra: *como ela foi possível?*

Esse tipo de pergunta altera profundamente o questionário, pois do horizonte familiar, aquele da Revolução como etapa necessária, passamos a ver o que ela provocou naqueles que a testemunharam, o seu ineditismo. Antes de ser fatal, sempre há no evento histórico, isto é, em qualquer evento, uma dose de inesperado, de inaudito.

Normalmente é o presente que “naturaliza” o passado, colocando-o numa ordem causal, explicando o próprio presente. Porém, se tomarmos os acontecimentos como inéditos, teremos outra dimensão deles.

Trataremos, nesta unidade, do caráter inédito da Revolução; veremos, portanto, que esse acontecimento foi único e não pode ser naturalizado. Não se pode considerá-lo simplesmente como uma etapa de um processo histórico alheio ao que os próprios seres humanos criaram em torno de si mesmos. Desse modo, a Revolução pode ser compreendida, antes de tudo, como um evento que não estava inscrito em lugar algum. Não havia, para as pessoas envolvidas, nenhum roteiro prévio, nenhuma fórmula dizendo: “quando os governos são tirânicos, eles devem ser mudados por outras formas”.

A Revolução americana estava longe demais para que se pudesse sentir o seu peso na Europa. Assim, nada prescrevia o acontecimento de 1789 antes dele próprio. Os atores tiveram de “inventar” no calor dos acontecimentos o sentido do que faziam. Isto é, ao fazerem a Revolução, os revolucionários tiveram de nomeá-la, pois não havia nenhum escrito, nenhum prenúncio de que ela aconteceria.

É desse fato inédito que devemos tratar quando falamos sobre a Revolução Francesa, ao contrário do que a historiografia vem tratando há muito tempo. E é isso que você estudará nesta unidade.

SEÇÃO 1

O FIM DO ANTIGO REGIME

Tradicionalmente a historiografia costuma colocar acento na grave crise econômica que enfrentava o Estado monárquico francês perto da Revolução e também na estrutura de classes do período. Podemos dizer que os dois elementos tiveram um peso significativo, no entanto é preciso considerar outras questões quando se trata da decadência do Antigo Regime.

O período que precede a Revolução Francesa ficou conhecido como Antigo Regime, em francês *Ancien Régime*, que também pode ser estendido a outros países. A expressão foi tomada por Alexis de Tocqueville na sua obra clássica, *O Antigo Regime e a Revolução*, tornando comum o seu uso.

A Revolução não pode ser reduzida a algumas causas, como se todos os seres humanos, todos os eventos coubessem nelas; ou, ainda, como se aqueles que não perceberam o acontecimento vivessem como sonâmbulos, e somente aqueles conscientes do que acontecia pudessem participar ativamente da história. Podemos dizer que a Revolução teve tantas causas quanto o número de seres humanos que existiram antes dela. Porém, cabe-nos traçar linhas de acontecimentos não por ordem de importância (esta questão deixou de ser séria há muito tempo em história), mas conforme a capacidade de explicar.

A Revolução tem causas, sim, no entanto não são necessárias nem fatais. Assim, passamos da explicação econômica e política com pitadas de estrutura social, como tradicionalmente se faz, para aquela que trata das representações e práticas sociais. Quer dizer, daquilo que os homens acreditavam e praticavam no seu cotidiano, ou melhor, daquilo que dava sustentação ao que existia.

Ora, para um determinado regime político existir é preciso que haja um "investimento" social nele, isto é, as pessoas precisam acreditar que ele é necessário e tem uma função a exercer. O que aconteceu com o Antigo Regime foi a descrença de parte da sociedade na capacidade da monarquia em governar e existir. Muitas pessoas deixaram de acreditar na necessidade da existência de um tipo de governo ou, então, passaram a ver que ele não cumpria o seu dever de governo, o que é quase a mesma coisa, pois a sociedade havia mudado e as formas, até então, de

administrar do Estado estavam ultrapassadas para essa sociedade.

Durante todo o século XVIII, a sociedade francesa modificou profundamente a sua relação com o poder e também se modificou. A forma tradicional, a famosa pirâmide onde a figura no topo era representada pelo rei, deixou de ter funcionalidade ou, ainda, funcionava muito mal.

Podemos seguir a análise de François Furet (1989) acerca dessas mudanças. Em primeiro lugar (não é por ordem de importância, mas de conveniência textual), surge uma figura nova no cenário político, social e filosófico: o indivíduo. Bem, a novidade não está exatamente em se pensar no indivíduo particularmente, mas numa nova posição dele perante a sociedade. A grande questão que atravessou o século XVIII é saber exatamente por que estaríamos juntos, ou melhor, por que os indivíduos preferem viver em sociedade no lugar de viverem isolados e livres?

Vários pensadores tentaram responder a essa questão e de várias maneiras. Devemos compreender que no século XVIII havia outra compreensão do que éramos, portanto a questão não foi respondida da mesma forma que responderíamos. Assim, o modo mais comum foi partir de um hipotético "estado de natureza" para explicar a sociedade. Nesse estado os homens viviam isolados, porém por vários motivos decidiram ficar juntos. Essa é a ideia básica do Contrato Social, isto é, cansados da vida na natureza e buscando algum tipo de conforto, os seres humanos acordaram um contrato, estipulando o governo e as leis como formas de controle e segurança.

Dessa forma, os indivíduos cedem sua soberania ao Estado como meio de garantir as suas existências e a possibilidade de adquirir bens. Essa teoria do direito jusnaturalista – quer dizer, as leis eram feitas com base na natureza, pelo menos esta era a crença – determinaria que as formas de governo e o próprio Estado também teriam sua origem nessas leis "naturais".

Tais proposições afrontavam as tradicionais teorias de direito pautadas na religião. O rei retira a sua soberania diretamente de Deus, isto é, acreditava-se que o poder real era sancionado pela própria divindade. Sendo assim, o jusnaturalismo se mostrava uma teoria contrária aos interesses da monarquia, pois o depositário da soberania era o povo, já que foi ele, o povo, quem acordou o contrato, sendo, portanto, este a origem do poder.

Compreender a sociedade dessa forma levava muitos a pensar que o governo deveria buscar sua legitimidade nas vontades individuais, o que, de certa maneira, fez muitos pensadores se voltarem para a Grécia Antiga e para a República Romana, vendo ali modelos de governo e Estado que deveriam ser seguidos.

Assim, durante o século XVIII se gesta uma ideia de sociedade que é totalmente diferente daquela estabelecida desde o Renascimento, com o surgimento dos Estados monárquicos, que teriam no poder real a origem de sua soberania. No caso da França, isso é mais sintomático, pois as duas teorias convivem conflituosamente, sem, no entanto, provocarem uma ruptura até a Revolução.

Dos pensadores jusnaturalistas, o mais rigoroso foi, sem dúvida, Jean-Jacques Rousseau (1712-1778). Seu livro *O Contrato Social*, apesar de ter sido um fracasso de vendas na época, trazia como principal formulação a ideia de que se um indivíduo entregasse a sua soberania ao todo, isto é, à maioria, estaria obedecendo a si mesmo, pois o interesse da maioria era o interesse do indivíduo. No entanto, a dificuldade reside na fórmula que Rousseau inventou para chegar a isso.

Jean-Jacques Rousseau nasceu em Genebra (1712-1778) e era filho de um relojoeiro calvinista. Aprendeu a ler e escrever cedo. Com a morte do pai, quando ele tinha dez anos, foi trabalhar. Adolescente, resolveu sair da cidade natal. Após vagar foi recebido por uma rica senhora, madame de Warens, tornando-se amante dela. Assim empreendeu os seus estudos. Já adulto chega à Paris e logo faz amizades no círculo dos letrados.

Diderot o convidou para escrever sobre música na *Enciclopédie*. Participou de concursos de academias e ganhou vários prêmios, o que lhe deu fama e o tornou parte integrante da República das Letras.

Numa visão burguesa, a maioria se constitui por uma simples somatória. Somando-se as opiniões individuais, chega-se à opinião da maioria, isto é, cinquenta por cento mais um. Já a fórmula de Rousseau não previa uma somatória, mas uma resultante, a chamada Vontade Geral. O que exatamente ele entendia por isso não foi possível estabelecer até hoje, mas acredita-se que ele imaginava algo parecido com uma consciência coletiva. Obedecendo-a, o homem obedece a si mesmo, portanto é livre.

A complicada fórmula de Rousseau lhe deu fama posterior, sendo

considerado precursor do espírito revolucionário, apesar de ele próprio nunca ter pensado nesses termos. Rousseau possivelmente consideraria que a Revolução invertia os valores nos quais ele acreditava. Para ele uma massa inculta estaria tomando o poder e não aqueles mais iluminados pelo conhecimento.

Tal postura condiz com a da maioria dos pensadores que fizeram parte do Iluminismo (como você viu na disciplina de História Moderna II). Eles desejavam, antes de tudo, conduzir a população a um Estado de felicidade, isto é, a partir de um liberalismo político, pretendiam implantar uma sociedade baseada no indivíduo livre.

O **Iluminismo** foi um movimento filosófico e científico que questionou os valores vigentes, inclusive da própria Igreja Católica. Para nós, o seu maior legado foi político, pois estudamos até hoje muitos daqueles que fizeram parte dele. Nomes como Rousseau, Voltaire, Diderot, D'Alambert, entre outros, sempre são lembrados quando se discute o século XVIII.

Como foi dito, essas ideias iam contra a ideologia monárquica, segundo a qual o rei retirava a sua soberania diretamente de Deus. Evidentemente, essas teorias não alimentaram os revolucionários, muito pelo contrário. Elas eram cultivadas nos círculos mais restritos da sociedade francesa, quer dizer, entre a nobreza. Alguns burgueses próximos à nobreza e pessoas letradas podiam também compartilhar de tais ideias. No entanto, elas circulavam livremente nos salões da aristocracia. Por isso é um grande engano dizer que o Iluminismo era uma ideologia burguesa. De modo algum. Ele fazia parte do repertório da nobreza, que desejava, cada vez mais, adquirir formas de distinção social. Ou seja, a nobreza considerava a filosofia, a ciência, as belas letras (como chamavam a literatura) bens que podiam ser tomados como privativos e exclusivos dela própria. Daí o patrocínio de encontros em salões da alta nobreza e o fomento de círculos restritos de aquisição de bens culturais, como a maçonaria.

Porém, a importância do Iluminismo não estava na sua capacidade de alimentar ideologicamente revolucionários, e sim no diagnóstico de uma sociedade que estava se afastando das formas tradicionais de poder e de compreensão de si mesma. Costumava-se considerar o reino como um conjunto de súditos, não importando suas origens,

línguas, costumes e história, pois estavam submetidos ao soberano, sendo este, portanto, o corpo e a alma da nação.

Contudo, se a sociedade é composta por indivíduos e estes acordaram viver juntos, então o governo deve retirar a sua soberania do próprio povo e este, por sua vez, deve ter sua própria especificidade. Não é um povo qualquer, mas o francês, o inglês, o holandês e assim por diante, isto é, o povo é uma comunidade de interesses com língua, história, cultura e costumes comuns.

A nobreza estava mais propensa a admitir essa concepção porque atendia aos seus interesses. Ela desejava, como sempre, ter poder sobre o próprio Estado, mas desde Luís XIV, havia perdido espaço em favor do poder real. A ideia de que a soberania do rei era tácita, ou melhor, foi outorgada pela sociedade, servia muito bem à nobreza, que desejava assumir um papel ativo na condução do Estado e, portanto, usufruir de maiores privilégios.

Ora, numa sociedade extremamente hierarquizada como a do Antigo Regime, o exemplo sempre parte de cima. Se a própria nobreza se rebelou contra o rei, as outras classes não precisavam continuar caladas e submissas ao poder real. Há um sintoma generalizado, no final do Antigo Regime, de que o rei não impõe mais a sua vontade.

Chegou 1789, e o rei detém somente o poder nominal. Reinava, mas não governava. Não conseguia mais reunir na sua pessoa o poder, pois só era obedecido na fachada. A nobreza se rebelou e não aceitava mais a sua autoridade como *primus inter pares*; a burguesia, por sua vez, se via às voltas com a burocracia, o emaranhado de impostos e o descontentamento; já os trabalhadores em geral, desgostosos, famintos e sediciosos, não viam utilidade alguma na hierarquia social, na existência da nobreza e na diferença de sangue entre as pessoas. Havia uma descrença generalizada na monarquia e na sociedade hierárquica. Um clamor por mudanças era sentido.

Porém, o Antigo Regime resistia. Tentava manter o status quo a despeito da própria sociedade. Fechava-se cada vez mais nas tradições que se esvaziaram ao longo do século. Tentava manter a primazia do sangue em detrimento da elevação das massas populares. O preço seria alto.

SEÇÃO 2

PRÁTICAS E PENSAMENTOS REVOLUCIONÁRIOS

Quando se fala de Revolução Francesa geralmente se esquece de falar dos revolucionários. Ora, se a tradição quer que a Revolução seja um acontecimento "natural", como vimos acima, ou seja, como algo que faz parte do espírito humano, logicamente os seus agentes serão essencialmente "naturais". Quer dizer, revolucionários existem como planetas, estrelas, árvores, animais etc., bem como revoluções.

A naturalização da história nos leva a enganos acerca dos acontecimentos. Assim, o que seria inédito num determinado acontecimento, deixa de ser, aparecendo-nos como fruto de uma evolução natural. Afinal, a História é a história da evolução humana, assim como a História Natural trata da evolução das espécies.

Porém, se atentarmos para o evento Revolução Francesa, é possível perceber o quanto nos revela de ineditismo, pois antes que ela acontecesse nada a prenunciava, quer dizer, nenhum escrito, nenhum aviso, nenhum acontecimento prévio indicava que tal evento, um verdadeiro terremoto político, estava para acontecer alguns meses antes. Até hoje, não foi encontrado nenhum livro, panfleto, carta, bilhete, frase que, um mês antes de o conflito eclodir, dissesse: "Façamos uma Revolução".

No entanto, a Revolução aconteceu e a historiografia a trata como um evento natural, fruto do descontentamento humano com relação a governos perversos ou incompetentes. Logo, trata-se de algo que deve acontecer invariavelmente. A história seria, então, uma sucessão de banalidades? Ou o inédito viria a se instalar entre os homens e eles procurariam dar-lhe sentido, entendendo-o como normal? Podemos ter uma dimensão do que sentiam aqueles que vivenciaram os acontecimentos revolucionários?

Em primeiro lugar, como vimos na seção anterior, havia uma sensação generalizada de que o rei só tinha o poder nominalmente. O rei só era respeitado superficialmente. A aristocracia da corte percebera a fraqueza de Luís XVI e procurava, ao máximo, extrair vantagens para si.

Ora, numa sociedade extremamente hierarquizada como a sociedade francesa do Antigo Regime, essa situação era claramente percebida pelos extratos mais baixos. A monarquia perdia, cada vez mais, a sua aura de

sacralidade e nas ruas de Paris a decadência da aristocracia e dos reis era especialmente sentida.

Podemos situar a perda da sacralidade quando Luís XV, avô de Luís XVI, deixou de fazer o toque das escrófulas, pois se recusava a confessar pelo fato de manter como amante a Madame du Barry. Quer dizer: se estava em estado de pecado, não poderia fazer a cerimônia. Por isso o rei recebeu enormes críticas, além de ser alvo de chacota.

Le Roy Ladurie nos leva a perceber a importância das cerimônias de sagração:

Um primeiro traço 'central' põe em relevo o caráter sagrado da instituição monárquica. As cerimônias de sagração (...) e o toque régio das escrófulas, com seu efeito curativo ou miraculoso, são-lhe a expressão conhecida (...) A essência sagrada da monarquia se inscreve, por outro lado, no interior de um sistema de entidades simbólicas e de funções. A Renascença as aclara: elas incluem as noções de dignidade real e de justiça, esta fundamental em relação à instituição soberana em seu conjunto. Essa justiça e essa dignidade são imortais ou, pelo menos, sobrevivem à pessoa efêmera dos reis sucessivos. (LADURIE, 1994, p. 9-10).

A cerimônia de sagração era importante para a credibilidade da monarquia, pois esta se fazia essencialmente pela visibilidade. O tempo todo o rei devia ser visto, através de suas representações (vide as estátuas equestres de Luís XIV que ainda existem em toda a França), ou pessoalmente. As suas aparições públicas aconteciam sempre na forma de espetáculo. A entrada real nas cidades, os brasões, os decretos, as cerimônias em que o rei era figura central, inclusive a do toque real, mostravam que a ordem social iniciava-se com o próprio rei.

A partir do momento em que ele deixou de ter um papel preponderante e visível, foi perdendo, paulatinamente, a aura de sacralidade, quer dizer, a instituição real deixava de ter a mesma importância, produzindo questionamentos em relação à sua utilidade. Aos poucos, os monarcas perdiam essa aura e, cada vez mais, eram motivo de chacota por parte de panfletistas e escritores do submundo parisiense.

Luís XVI, por exemplo, demorou muito para gerar herdeiros, o que levantou suspeita sobre a sua virilidade e a fidelidade da rainha. Panfletos satíricos circulavam com certa facilidade. Charges associando o rei a animais não eram raras, como pode ser observado a seguir:



Figura 01: (O rei representado como uma mistura de animais, cada um fazendo parte do imaginário popular. Ao representar assim o rei, mostrava-se uma não naturalidade, quer dizer, o rei não era natural, portanto, era uma monstruosidade. Fonte: <http://chnm.gmu.edu/revolution/>)

A monarquia e a aristocracia perderam a sua importância social e eram percebidos como pesos pelo restante da sociedade. As antigas funções aristocráticas, aplicar justiça, fornecer proteção e, em tempos de penúria, providenciar alguma provisão aos camponeses, perderam o sentido numa sociedade centralizada. Restava apenas o enorme peso dos impostos para financiar uma nobreza perdulária e inútil, principalmente a alta nobreza abrigada em Versalhes.

Esse sentimento ainda não era revolucionário, mas permitiu e animou muito o sentimento antiaristocracia na sociedade francesa em finais do século XVIII. Um caso sintomático foi a questão dos escritores a partir de meados daquele século.

Atraídos pelas obras de Voltaire, Rousseau, Diderot, entre outros, muitos jovens deslocavam-se do campo para Paris na esperança de se tornarem também escritores e participarem da chamada "República das Letras", como Voltaire havia cunhado o pequeno círculo de "filósofos" consagrados. A esperança deles se esvaía quando percebiam que lhes

faltavam as qualidades fundamentais, descritas por Robert Darnton, para penetrarem nesse círculo: "boa aparência, boas maneiras e um tio parisiense" (DARNTON, 1987, p. 15). Quer dizer, sem alguém para apresentar à boa sociedade, nada feito! Um escritor talentoso certamente estaria excluído do mundo das letras ou, como era chamado naquele período, *Grand Monde*, o Grande Mundo.

Apeado para fora do círculo fechado das sinecuras e pensões garantidas aos escritores consagrados, o pretendente a escritor se via forçado a procurar o seu sustento em trabalhos menores ou, ainda, a tentar viver da pena executando obras não bem qualificadas. Ou seja, muitas vezes, se via obrigado a escrever pornografias, obras apócrifas, vender livros proibidos ou panfletos difamatórios para conseguir sobreviver. Esse foi o caso, por exemplo, de Marat, que antes de se tornar revolucionário levou uma vida errática típica de um escritor da sarjeta, isto é, de alguém que vivia de escritos de baixo tom e de expedientes. Segundo o relatório da polícia de Paris pré-revolucionária, ele era um "*charlatão atrevido. M. Vicq d'Azir pede, em nome da Société Royale de Médecine, sua expulsão de Paris. É de Neuchâtel, na Suíça. Muitos doentes morreram em suas mãos, mas tem diploma de médico, sem dúvida comprado*" (DARNTON, 1987, p. 37).

Marat não era único, os exemplos se multiplicam, como Louis-Sébastien Mercier, autor do livro *Tableau de Paris*, agora famoso entre os historiadores, no qual mostra o cotidiano da cidade. Nas palavras da polícia de Paris:

advogado, homem feroz e bizarro; não pleiteia na corte nem dá consultas. Não foi admitido na Ordem, mas usa o título de advogado. Escreveu o *Tableau de Paris* em quatro volumes, e outras coisas. Temente à Bastilha, andou sumido por uns tempos, mais tarde reaparecendo; mostra-se desejoso de trabalhar para a polícia. (DARNTON, 1987, p. 36).

A esperança de ganhar a vida através de seus escritos evanesceu rapidamente para muitos jovens escritores. Forçados à vida da sarjeta, isto é, da boemia literária, como a chamou Darnton, viram-se obrigados a destilar o seu ódio ao *Grand Monde* que os havia rejeitado através de escritos difamatórios.

Com a monarquia já enfraquecida pela falta de autoridade, os

panfletos produzidos por esses escritores deram golpes eficazes na imagem de sacralidade do rei e, além disso, contribuíram decisivamente para fabricar a imagem de inutilidade, de frivolidade e de arrogância da nobreza.

Por exemplo, Charles Théveneau de Morande, um libelista conhecido,

dosava calúnias específicas e arengas gerais em parágrafos breves e confusos, numa antecipação do estilo dos colunistas de mexericos da moderna imprensa marrom. Prometia revelar 'segredos de bastidores', na melhor tradição da *chronique scandaleuse* (crônica escandalosa). Mas servia aos leitores mais que escândalo: A devotada esposa de um certo marechal de França (o qual sofre de imaginária moléstia pulmonar), considerado um marido dessa espécie demasiado delicado, julga seu dever religioso poupá-lo, mortificando-se com os carinhos mais crus de seu mordomo, que ainda seria mero laçao se não houvesse dado provas de invejável robustez. (DARNTON, 1987, p. 40).

O tom do panfleto ou *libelles*, como eram chamados esses escritos, não podia ser mais claro. Um nobre senil impotente deixa a jovem esposa se satisfazer sexualmente nas mãos de um mordomo, quer dizer, alguém do povo. Dessa forma, a "sobrevivência" da aristocracia estaria nas mãos do próprio povo, que providenciaria a própria descendência dos nobres.

Morande também atacava a realeza:

Zombando da ideia de origem divina da soberania real, Morande reduzia o rei ao nível de sua corte ignorante e devassa. Fazia de Luís XV uma figura ridícula, trivial até em seu despotismo: 'Publicou-se um anúncio: procura-se o cetro de um dos maiores reis da Europa. Depois de longa e minuciosa busca, foi encontrado na *toilette* de uma bela condessa, que o usa para fazer cócegas na barriga de seu gato. (DARNTON, 1987, p. 42).

Pode-se dizer que imagens e textos não eram exatamente revolucionários. Não tratavam diretamente do problema do governo ou do regime político. Denegriam, certamente, a nobreza e a monarquia, mas em momento algum clamavam por mudanças revolucionárias, pelo contrário. Geralmente lamentavam o passado perdido, no qual tanto monarcas quanto nobres cumpriam suas obrigações. Devemos ter em mente que antes de ser uma sociedade de mando e obediência, eram uma sociedade de contrato. Contrato do rei com os súditos, dos nobres com os servos e assim por diante. Se os súditos tinham obrigações, o monarca

também: aplicar justiça, garantir paz e, quando necessário, providenciar o sustento mínimo para que não se percesse de fome.

O passado perdido, o presente corrompido e o futuro sombrio eram os temas dos panfletos:

As obras pré-revolucionárias de homens como Marat, Brissot e Carra não expressam nenhum sentimento vago e *'anti-establishment'*: transpiram ódio contra os *'aristocratas'* literários que haviam expugnado a igualitária *'república das letras'*, dela fazendo um *'despotismo'*. Foi nas profundezas do submundo intelectual que esses homens se tornaram revolucionários: ali nasceu a determinação jacobina de exterminar a aristocracia do pensamento. (DARNTON, 1987, p. 31).

Da aristocracia literária para a aristocracia propriamente dita foi um passo. Logo esses escritores pugnavam contra e qualquer privilégio social. A nobreza era decadente e corrupta. Doente, ela se comprazia em usurpar o poder real para se manter na ociosidade à custa do povo. Pelo menos essa era a visão corrente meses antes da Revolução.

Os escritores, pelo menos até 1789, não eram revolucionários, ou melhor, nunca aventaram essa possibilidade, pois *"os libelles* careciam de programa. Não apenas sonegavam ao leitor qualquer ideia sobre que tipo de sociedade deveria substituir o *Ancien Régime*, na verdade mal continham ideias abstratas" (DARNTON, 1987, p. 44). Porém, esses panfletos foram elementos eficazes para insuflar o imaginário popular contra a realeza e os aristocratas.

Assim, podemos concluir com Robert Darnton sobre essa literatura do submundo de Paris:

O ímpeto emocional da sublitteratura foi revolucionário, mesmo não possuindo programa político coerente nem idéias que os distinguisse. Tanto os *philosophes* quanto os *libellistes* foram sediciosos a sua maneira: estabelecendo-se, o Iluminismo fez concorrência desleal à fé da elite na legitimidade da ordem social; atacando a elite, os *libellistes* disseminaram larga e profundamente o descontentamento. (DARNTON, 1987, p. 47).

É aqui que devemos olhar quando pensamos na Revolução Francesa. A sua origem não é a dos grandes escritos e das grandes questões filosóficas. A monarquia e a nobreza soçobraram sob os duros golpes da calúnia, da difamação e da decadência moral que panfletos espalhavam por todo o lado. Podemos concluir com Darnton: *"Foi nesse ódio que subia das entranhas, e não nas refinadas abstrações de uma bem*

tratada elite cultural, que o extremismo revolucionário jacobino articulou seu verdadeiro timbre" (DARNTON, 1987, p. 49).

SEÇÃO 3

O NASCIMENTO DA POLÍTICA MODERNA

Você viu na seção anterior que o sentimento de ódio das injustiças e dos privilégios não nasce nas grandes elucubrações filosóficas do Iluminismo. Se este ajudou na Revolução foi expressar a ideia de indivíduo e de liberalismo político, mas o elemento chave foi esse ódio nascido da sarjeta, do submundo de Paris e que circulava sem ruído, pelo menos para nós. Aliás, na realidade o barulho era imenso, mas os historiadores pouco lhe prestaram atenção. Por isso não se dá muito crédito ao sentimento generalizado de raiva no povo de Paris, pois ele não tem origem "nobre", quer dizer, não nasceu da pena de grandes filósofos. Ao contrário: emergiu dos escritos sujos de escritores sujos. Porém, ainda resta a seguinte questão: como esse ódio se transformou em Revolução?

Os acontecimentos se precipitaram a partir de 1787. A grave crise econômica obrigou o rei a convocar a Assembleia dos Notáveis. Ela era composta por membros do alto clero e da nobreza. A intenção do rei, aconselhado por seu ministro das finanças, era acabar com alguns privilégios fiscais da nobreza. Porém, a total recusa de qualquer reforma obriga o rei a pensar em nova estratégia.

O que é sintomático, não foi a recusa das reformas por parte da nobreza, mas a forma da recusa. Na ocasião, ficou patente a falta de autoridade de Luís XVI. O povo de Paris assistia a tudo. Vendo que o monarca não controlava os seus próprios parentes (parte da alta nobreza era consanguínea devido aos casamentos endógenos), a população o via enfraquecido e sem condições de comandar o reino. A sensação geral era de que o rei reinava, mas não governava. Assim, havia um espaço a ser preenchido, o espaço do poder.

Sem saída, Luís XVI convocou, em maio de 1789, os **Estados Gerais**. Muitos historiadores dão importância ao fato de que eles não eram

convocados desde 1614. Porém ele deve ser minimizado, pois, dessa feita, os representantes não foram escolhidos por aclamação de suas comunidades de origens, mas pelo voto, especialmente no Terceiro Estado.

Os **Estados Gerais** eram compostos tradicionalmente por três ordens e tiveram sua origem na Idade Média. A **teoria das três ordens** foi formulada por volta do século XI. Segundo essa teoria a sociedade era dividida em três ordens: **clero, nobreza e trabalhadores**, cada uma devendo ter suas funções. O clero orava pela salvação da cristandade; a nobreza defendia essa mesma cristandade; os trabalhadores sustentavam as duas anteriores. Com o passar do tempo, a burguesia passou a fazer parte da terceira ordem. Esse conselho remonta à constituição dos reinos bárbaros anteriores à queda do Império Romano, aos quais os reis, na realidade chefes guerreiros, se reportavam e dos quais retiravam sua autoridade. Porém, os Estados Gerais, desde a baixa Idade Média, tornaram-se uma espécie de conselho geral do monarca, passando a ser uma figura secundária com a monarquia absoluta. Tanto que deixaram de ser convocados a partir de 1614. A sua nova convocação, em 1789, reacendeu antigas ideias a respeito de a soberania pertencer ao povo e não ao monarca.

Essa foi uma diferença fundamental, pois se abriu uma disputa entre candidatos para obter a preferência de uma determinada comunidade. A princípio isso parece não ter importância, afinal eleições são comuns. Mas não naquela época, quando a eleição proposta constituiu uma novidade. Os deputados do terceiro Estado, isto é, da burguesia e da população em geral, disputavam votos. Isso significa que, quando eleito, alguém "representaria" a vontade popular. Muitos deputados do terceiro Estado se imbuíram dessa ideia e, de acordo com as discussões sobre o indivíduo (como você viu na primeira seção desta unidade) e a soberania, viam-se como legítimos representantes do povo, opondo-se ao primeiro e ao segundo Estados.

Segundo Furet (1989), a convocação dos Estados Gerais e a eleição de representantes foram inábeis, pois foram misturados dois tipos de procedimentos. O antigo, no qual os representantes eram simplesmente aclamados, como no primeiro e segundo Estados, e o moderno, segundo o qual os representantes eram eleitos, como no terceiro Estado, podendo, por sua vez, reivindicar para si a soberania popular em detrimento da real.

Assim, a primavera de 1789 se mostra tempestuosa. Novas forças sociais apareceram na cena política. Em vez do velho teatro do poder, no qual as ordens desfilavam sua obediência, o terceiro emergia diferente, insubordinado, querelante, pouco disposto a aceitar a velha estrutura de

voto e mando. O ódio à aristocracia e à monarquia estava latente nas atitudes dos deputados, que, a despeito da formalidade nas atitudes, eram suficientemente audazes nas suas reivindicações.

Pedindo voto por cabeça, ao contrário do esquema tradicional do voto por ordens, o terceiro Estado se insurgiu, pois no sistema antigo normalmente o clero e a nobreza votavam juntos e o terceiro sempre perdia. Com o voto por representante haveria uma grande mudança na forma de votação, uma vez que o terceiro Estado era maioria absoluta. Com as negativas dos dois outros Estados e a tentativa do rei de chamar à velha ordem os Estados Gerais, tentando fechá-los, o terceiro se rebela e, em 20 de junho, os seus deputados, em reunião na sala do jogo de péla, prestam juramento de não se separarem enquanto o reino da França não tivesse uma Constituição à qual o rei devesse prestar obediência. Proclama-se, então, a Assembleia Nacional Constituinte.



Figura 02 - A sala de jogo de péla (*jeu de paume em francês*) era próxima ao local onde estavam reunidos os deputados. Esta sala servia a uma espécie de tênis praticado com as mãos, mas também com algum tipo de raquete. Era um esporte bastante praticado pelos nobres e membros do clero. Fonte: http://fr.wikipedia.org/wiki/Fichier:Jeu_de_paume.jpg, 8/09/2010.



Figura 03 - Jean-Jacques David. Le serment du Jeu de Paume (O juramento do jogo de pela). 1791. Musée National du Château de Versailles.

A notícia correu rapidamente Paris, onde circulavam boatos de que tropas reais atacariam a cidade. Havia um grande temor nas ruas. Vimos que a autoridade do rei estava dramaticamente abalada, e com os deputados reunidos, a população da cidade buscou meios de se defender da monarquia e dos nobres. Revoltas explodiram até que, em 14 de julho, a população atacou a fortaleza da Bastilha em busca de pólvora e armamentos para se defenderem. Com a resistência da pequena guarnição da fortaleza, ela foi tomada à força, marcando simbolicamente o início da Revolução, pois para a população era o fim da monarquia absoluta.

Como vimos, a aura de sacralidade da monarquia há muito havia acabado. Com uma direção política - a Constituição -, a população pôs em marcha uma democracia radical que nascia, em parte, dos escritos



Figura 04 - Charge na qual se mostra o povo carregando o monarca, o clero e a nobreza. O título é “O povo sob o Antigo Regime”. Fonte: <http://chmm.gmu.edu/revolution/>

da sarjeta, nos quais se apregoava o ódio aos graúdos e endinheirados. Dessa forma, ideias sobre o indivíduo, soberania, nação encontram-se com sentimentos de ódio e raiva, fermento necessário para a gênese da democracia moderna.

Com a eclosão da Revolução, as forças reais foram acuadas e o rei ficou na defensiva. Rapidamente se organizaram partidos e a Assembleia logo se dividiu em facções. Os partidos mais famosos eram os Girondinos e os Jacobinos.

A palavra **girondino** tem sua origem na região da Gironda, onde fica Bordeaux. Era uma facção mais moderada e sentava-se geralmente à direita na Assembleia. Os girondinos foram acusados de traidores da Revolução e muitos deles foram perseguidos, inclusive seu líder, Danton, condenado à guilhotina em abril de 1794.

Jacobino vem do nome em latim de São Tiago: *Jacobus*. Os jacobinos se reuniam no antigo mosteiro de São Tiago, daí o nome. Eram considerados radicais e até hoje designam aqueles republicanos radicais. Por se sentarem do lado esquerdo da Assembléia acabaram por nomear como “esquerda” as posições mais extremas.

Esses dois partidos centralizavam a cena política e, pelo menos, muitos jacobinos insuflavam frequentemente o povo para mais rebeliões e para assim pressionar seus adversários. Temendo a perda total do poder após a promulgação da Constituição em 1791, Luís XVI fugiu de Paris em direção à fronteira belga-alemã, no entanto ele foi reconhecido e capturado, com a família, na pequena cidade de Varennes.

Reconduzido a Paris, foi iniciado um processo de traição. Os acontecimentos se precipitaram. O rei da Prússia invadiu a França em 1792, motivo para os mais exaltados radicalizarem a Revolução. O rei foi preso junto com milhares de nobres. Foi julgado, condenado à morte na guilhotina e executado em janeiro de 1793. Sua esposa seguiu o mesmo destino, alguns meses mais tarde.

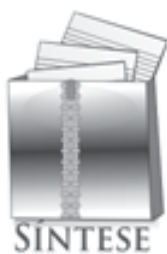
Em junho de 1793, uma revolta radical deu condições para os jacobinos tomarem o poder. Iniciou-se a fase conhecida por Terror. Inimigos verdadeiros ou imaginários foram enviados às prisões e milhares foram executados. Todos os dias circulavam pelas ruas de Paris procissões de condenados em direção à guilhotina, onde hoje fica a Praça da Concórdia. Tribunais revolucionários trabalhavam sem parar. No entanto, o Terror se tornou extremamente impopular e, em 27 de julho de 1794, os girondinos articularam um golpe derrubando o líder jacobino, Robespierre, e condenando-o à guilhotina.

A Revolução entrou numa fase tumultuosa, na qual a burguesia tentou controlá-la. A França sofre internamente pela instabilidade dos governos. Inflação, revoltas, crise econômica eram constantes. Parecia que a Revolução somente havia trazido mais fome e crise. E sofre também externamente. O país fora atacado por uma coligação de monarquias europeias. O exército francês estava acuado. Porém, um jovem general conseguiu vitórias seguidas, salvando o regime e tornando-se uma lenda: Napoleão Bonaparte.

No final do século, o governo, chamado de Diretório, era instável e escândalos se sucediam. Temendo pelo regime, a burguesia apoia um Golpe de Estado em 10 de novembro de 1799 (no calendário revolucionário 18 Brumário) e um Consulado formado por três dirigentes assume temporariamente o poder. Entre esses dirigentes estava Napoleão Bonaparte, que, aos poucos, vai assumindo plenamente o poder, coroando-se imperador em 1804.

Muitos historiadores marcam a queda de Robespierre como o fim da Revolução. Outros afirmam que ela acaba com o Golpe do 18 Brumário. Outros, ainda, estabelecem a queda de Napoleão, em 1815, como o fim definitivo da fase revolucionária. Qualquer que seja a data escolhida, devem ser levadas em conta as dramáticas mudanças trazidas pela Revolução.

A democracia moderna nasceu dela. Como vimos, a Revolução não a criou, mas a conjunção de muitos elementos permitiu a sua emergência. Devemos imputar aos acontecimentos revolucionários o lugar do vocabulário político moderno. Partidos, representação, democracia, e assim por diante foram palavras que ganharam o sentido próximo daquele que usamos ainda hoje. Portanto, a Revolução não foi um evento comum. Pelo contrário: como historiadores, devemos ter sempre em mente a sua excepcionalidade e importância.



Nesta Unidade vimos como a Revolução Francesa marcou o aparecimento da moderna sociedade política. Entretanto, sempre devemos ter em mente que não é nela que nasce a nossa sociedade. A Revolução somente permitiu que ela fosse possível, porém, diferentemente do que pensam muitos historiadores, não foi um fruto “natural” do descontentamento humano.

A Revolução foi um evento inédito na completa acepção da palavra. Ela não estava minimamente prevista, ou nada a respeito de revoluções e tomadas de poder por parte do povo havia sido escrito. Portanto, ela carrega esse caráter de uma ação humana completamente nova.

Mas como ela foi possível? Em primeiro lugar, do ódio cultivado pela população contra os privilégios e o peso do Estado, ódio nascido no submundo de Paris. Ódio daqueles preteridos, ressentimento dos excluídos do mundo das letras que transmitem a sua raiva para a população.

O ódio encontrou a ocasião de se expressar na convocação dos Estados Gerais. Os deputados do terceiro Estado se rebelaram contra o primeiro e o segundo Estados. A rebelião dos deputados do terceiro, que se consideravam legítimos representantes do povo, o ódio e o temor popular forneceram combustível suficiente para a máquina revolucionária.

Entrando em funcionamento, ela não parou até o fim do século XVIII. Assim são conhecidas as várias fases de exacerbação e retração, até o momento em que Napoleão Bonaparte, através de um Golpe de Estado, toma o poder, encerrando praticamente o período revolucionário.



BOTO, Carlota. Na Revolução Francesa, os princípios democráticos da escola pública, laica e gratuita: o relatório de Condorcet. *Educ. Soc.* [online]. 2003, vol.24, n.84 [cited 2010-10-08], pp. 735-762. Disponível em: <http://www.scielo.br/>

LAVALLE, Adrián Gurza; HOUTZAGER, Peter P. and CASTELLO, Graziela. Democracia, pluralização da representação e sociedade civil. *Lua Nova* [online]. 2006, n.67 [cited 2010-10-08], pp. 49-103. Disponível em: <http://www.scielo.br/>

ANDERSON, Perry. Trajetos de uma forma literária. *Novos estud. - CEBRAP* [online]. 2007, n.77 [cited 2010-10-08], pp. 205-220. Disponível em: <http://www.scielo.br/>

MARTIN, Olivier. Da estatística política à sociologia estatística. Desenvolvimento e transformações da análise estatística da sociedade (séculos XVII-XIX). *Rev. bras. Hist.* [online]. 2001, vol.21, n.41 [cited 2010-10-08], pp. 13-34. Disponível em: <http://www.scielo.br/>



Procure um dos seguintes filmes sobre a Revolução Francesa e faça uma análise do valor atribuído aos eventos revolucionários pela contemporaneidade.

Casanova e a Revolução (*La Nuit de Varennes*), Diretor: Ettore Scola, 1982.

Danton, o processo da revolução (*Danton*), Diretor: Andrzej Wajda, 1982.

Maria Antonieta (*Marie-Antoinette*), Diretora: Sofia Coppola, 2007.

